

*Segurança nacional e intervenção no Espírito Santo na Era Vargas/Bley (1930-1940)**

CARLOS VINÍCIUS COSTA DE MENDONÇA
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: A proposta deste artigo é ressignificar a política de segurança nacional na Era Vargas e sua repercussão no Estado do Espírito Santo no período da interventoria de João Punaro Bley (1930 – 1940). Enfatizando a questão da política educacional e das escolas de estrangeiros no estado.

Palavras-chave: Segurança; Autoritarismo; Estrangeiro; Educação; Escola.

Abstract: The proposal of this article is to ressignify the politics of national security in the Age Vargas and its repercussion in the State of the Espírito Santo in the period of the interventory of João Punaro Bley (1930 - 1940). Emphasizing the question of the educational politics and the schools of foreigners in the state.

Keywords: Security; Authoritarianism; Foreigner; Education; School.

“Os muros permanecem calados e frios (...) ao vento batem as bandeiras.”¹

O retrato Bley/Rabelo

A proposta deste artigo é analisar, avaliar e comprovar que a trajetória da política educacional do regime autoritário-nacionalista da era Vargas (1930-1945) teve o sentido de considerar na esfera nacional e regional a educação e as práticas pedagógicas como questões subordinadas a um poder maior, traduzido na política de segurança nacional.

Assim, embora não se pretenda defender a existência de uma doutrina de segurança nacional no período em questão, pois esta só será sistematizada no País com o fim da Segunda Guerra Mundial, o fato é que já existia em embrião um conjunto de ideias ligadas à segurança nacional, pensadas não apenas como defesa externa, mas principalmente, desenvolvidas no interior da problemática dos inimigos internos, ocupando

um lugar relevante na concepção da construção do Estado pós 1930 e sobretudo, no espaço de tempo compreendido entre a Intentona Comunista de 1935 e o surgimento de um novo contexto histórico internacional no final da década de trinta.

Desse modo, mergulhado no contexto nacional de planos e estratégias visando a implementar a política de segurança nacional, o estado do Espírito Santo teve a sua frente, entre os anos de 1930 e 1943, o oficial do Exército João Punaro Bley. Interventor de 1930 a 1935; governador entre 1935 a 1937, eleito pela Assembleia Constituinte Estadual e novamente interventor de 1937 a 1943, concluindo quase treze anos de uma gestão militar administrativa eficiente, confiável e longeva.

De fato, de todas as interventorias do Norte (Espírito Santo ao Amazonas), foi o único estado que manteve um interventor militar por mais de uma década. Esta peculiaridade capixaba sugere que Bley foi um dos que mais se aproximou do “modelo ideal de interventor”: “era estrangeiro” – não tinha vínculo direto com as forças políticas locais; “era militar”, ou seja, atendia a uma condição necessária para implementar a chamada política revolucionária e era “neutro politicamente”, isto é, tinha poder para realizar com certa dose de imparcialidade e energia uma obra de saneamento administrativo que dificilmente um homem de partido teria coragem ou habilidade de empreender, sem se incompatibilizar com seus próprios partidários.²

Por outro lado, indicado por Juarez Távora a Vargas como o foi, Bley, parece se enquadrar naquela projeção feita por Maria do Carmo Campelo de Souza, segundo a qual:

A estratégia seguida pelo governo revolucionário de Vargas, para a indicação dos interventores obedecia a lógica de escolher indivíduos marginais politicamente, isto é, destituídos de maiores raízes partidárias, com escassa biografia política ou que, se possuía alguma, a fizera até certo ponto fora das máquinas partidárias tradicionais nos estados.³

Era esse efetivamente o caso de Bley. Nascido em Montes Claros (MG), em 14/11/1900, era filho do engenheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, João Bley Filho e Maria Punaro Barata. Fez os primeiros estudos em Minas e no Rio de Janeiro, para onde a sua família se transferiu em 1907. De 1913 a 1920, cursou o Colégio Militar de Barbacena e a Escola Militar do

Realengo, de onde saiu oficial de artilharia. Como tal não se engajou diretamente no ciclo de revoltas tenentistas da década de vinte, mas foi suspeito de simpatia da causa revolucionária. Servindo em Curitiba, foi convocado para combater ao lado do general Cândido Mariano da Silva Rondon, em meados de 1925, as tropas revolucionárias que abandonando São Paulo, invadiram o Paraná, para depois juntamente com os insurretos gaúchos, formarem a coluna Miguel Costa/Prestes, a qual iniciou a marcha que ao longo de quase dois anos, percorreu treze estados brasileiros. Em 1928, como instrutor de artilharia na Escola Militar de Realengo, já reciclado como cabeça de turma pela Missão Militar Francesa, ingressou na Escola do estado Maior do Exército, sendo promovido a capitão em 1930. Com a radicalização dos conflitos políticos e militares daquele ano, foi designado, ainda pelo governo de Washington Luís, para combater as forças que haviam se rebelado no Espírito Santo. Ali chegando, acompanhado de sete oficiais e treze sargentos, integrou-se ao comando do coronel José Armando Ribeiro de Paula que respondia pela guarnição federal (3º BC) e a polícia militar do estado. As forças legalistas não contavam com uma situação muito favorável no estado. Os efetivos militares eram reduzidos, mal armados e infiltrados de elementos oposicionistas. Some-se a isso, o desgaste e impopularidade do governo estadual que recebera a caravana da Aliança Liberal à bala e mantinha o funcionalismo público sem receber seus salários há vários meses. Diante desse quadro, e, principalmente, após a fuga do governador Aristeu Borges de Aguiar, em navio italiano, que passava por Vitória, rumo a Portugal, Bley, rompendo com o seu comandante, atuou como conciliador e porta-voz dos interesses da nova ordem, implicando aí uma reviravolta de militar legalista a representante da revolução vitoriosa.⁴

No estado do Espírito Santo, o Movimento de Trinta se concretizou a partir da inteira adesão das forças políticas e sociais aglutinadas em torno do grupo de Jerônimo Monteiro, oposicionistas no momento anterior à Revolução e que desejavam, sobretudo, assumir a direção do estado. Vitorioso o processo revolucionário, era natural que essas forças pleiteassem para um de seus correligionários, o cargo de interventor.⁵

Dessa forma, a análise do depoimento de Bley leva a crer que as lideranças integrantes dos revolucionários capixabas, cuja base foi significativamente ampliada no curso das lutas, não conseguiram chegar a um consenso sobre o nome do futuro interventor a ser indicado ao comando revolucionário a fim de ser designado para o cargo.

Numa entrevista que mantive com Juarez Távora, disse-lhe que considerava minha missão em Vitória encerrada e que desejava retornar ao Rio de Janeiro na primeira oportunidade. Achou melhor que eu continuasse em Vitória, até a escolha de um interventor. Desinteressado, passei então a sentir uma verdadeira disputa pelo cargo, entre João Manoel de Carvalho, Afonso Corrêa Lírio e Geraldo Vianna. Em Vitória, o mais ativo era o primeiro que, valendo-se da amizade que sua família dispunha com João Pessoa, esforçava-se para que o novo interventor fosse ligado a Jerônimo Monteiro (...) Diante dessa luta acirrada a Associação Comercial de Vitória telefonou a Getúlio Vargas lembrando o meu nome para interventor. Fui chamado ao Rio de Janeiro e conduzido à presença de Oswaldo Aranha, que foi logo dizendo: ‘O decreto de sua nomeação está pronto e assinado. Aguarde alguns instantes que iremos até o Catete para ser apresentado ao Getúlio. Chegando lá, expliquei toda a situação política do estado. O Presidente disse que me apoiava e que me nomeava interventor do Espírito Santo.’⁶

A nomeação de Bley, para além da sua participação fundamental nas negociações e conciliações entre os grupos legalistas (civis e militares) e as tropas insurrecionais que invadiram o estado vindas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, e da própria indicação pela Associação Comercial de Vitória, deve ser vista como reconhecimento por parte de Vargas do papel exercido pelo Exército no movimento de trinta e a percepção da função da instituição militar na articulação político-institucional que o governo provisório estava armando.

Na interventoria a partir de meados de novembro de trinta, Bley precisou enfrentar problemas de ordem política e econômico-financeira. Do lado das articulações políticas elas se expressavam pelo choques e incompatibilidades geradas no seio do próprio governo e em decorrência do apoliticismo partidário de Bley:

A política não me preocupa e nem me dificulta a ação administrativa. Tanto na capital como nos municípios procuro cercar-me de homens de merecimento absoluto, sem cogitar de suas preferências partidárias. Aliás, a política partidária desapareceu do Espírito Santo. Na família capixaba, só há cidadãos da Segunda República.

Quando algum me procura para conversar sobre política, fulmino logo com a afirmação de que só estou aqui para administrar o estado. E não lhe dou atenção. Principalmente nas administrações municipais, não transijo com a politicagem. Consegui emancipar os municípios do faccionismo, inaugurando em todo estado um programa administrativo honesto, justo e progressista.⁷

No que se referia à situação econômica e financeira, o quadro era caótico em função dos desdobramentos da crise de 1929, que se prolongou até 1933 e atingiu o estado reduzindo à metade as receitas oriundas do comércio do café.⁸

A análise dos relatórios, mensagens de governo, discursos, bem como o seu depoimento autobiográfico e de entrevistas, se, por um lado, revelou a prioridade básica do seu governo no sentido de sanear as finanças públicas, a nível tanto do estado como dos municípios – reorganizar e racionalizar as atividades administrativas, e, principalmente, a preocupação em reduzir os gastos públicos aos limites possíveis previstos para a receita estadual – por outro, explicitou os contornos mais gerais assumidos por sua direção, ao longo dos anos, cuja ação esteve nitidamente voltada para o atendimento das demandas do setor social: saúde, assistência social e educação.

Enfim, todas essas ações evidenciaram uma reorientação no sentido que vinha sendo aplicado à política de desenvolvimento sócioeconômico do Espírito Santo. A ação governamental, de certa maneira, “libertou-se” das injunções oligárquicas regionais e passou a seguir diretrizes emanadas do poder central que procurava direcionar o eixo da política econômica e social para atender as demandas da industrialização.

Com isso, o Espírito Santo, na década de trinta, sintonizado com o direcionamento dessa política, realizou ações que no fundo acabaram beneficiando um contingente mais amplo da população. Isto se traduziu pelo encaminhamento da questão social no sentido das demandas nas áreas da saúde e educação, vistas como “dispositivos tutelares” para melhoria das condições de vida do proletariado urbano e rural e, por conseguinte, o carro chefe das diretrizes da gestão Bley.

As questões referentes à política educacional no Espírito Santo nos anos 1930/40 estiveram vinculadas ao projeto intervencionista e assistencialista de Bley, que deu grande importância a escola.

O seu assistencialismo estava relacionado ao novo lugar que a criança e a família foram gradativamente assumindo na moderna sociedade brasileira. Portanto, o Espírito Santo passou por transformações que resultaram em uma nova configuração do espaço urbano e na regeneração de hábitos e comportamentos da população, manifestando-se uma tendência em aperfeiçoar e ampliar a instituição escolar como único meio eficiente de educação.

Se no período anterior a trinta a educação fora implementada por um contato periódico e informal das crianças com os adultos, tendeu agora a ser totalmente substituída pela escolarização. Documentos da época evidenciam como o governo esteve empenhado em estendê-la a todas as crianças. A bandeira da educação aglutinou amplos segmentos da elite capixaba que apoiaram Bley na sua demorada e ampliada interventoria.⁹

Assim, educar o capixaba para constituir-lo como cidadão disciplinado foi preocupação central do projeto político que afirmou-se em 1930 e consolidou-se no Estado Novo. Desse modo, a escola assumiu uma função moral e espiritual como formadora do futuro cidadão.

Por outro lado, as questões educacionais apareceram vinculadas à temática do saneamento e da higiene. Quando Punaro Bley priorizou saúde e educação como núcleos de sua intervenção estratégica, não estava fazendo nada mais do que a tentativa de viabilizar, no Espírito Santo, o programa da Aliança Liberal que levou Vargas ao poder. Em 1929, o “Manifesto da Aliança” evidenciou a necessidade de reformas que atualizassem e arejassem os métodos e disciplinas escolares. Isto nada mais foi do que a materialização daquilo que mais tarde os intelectuais e o governo do Estado Novo não poupariam esforços, como se viu, para fazer vigorar de uma forma ou de outra, em todo o país.¹⁰

A educação – fosse sanitária ou moral e cívica do corpo ou da mente –, adquiriu, na interventoria Bley, uma conotação até então nunca evidenciada na história capixaba. Passou a figurar como condicionante do que se poderia esperar de um bom trabalhador ou cidadão. A boa educação e um corpo saudável foram tomados como requisitos básicos para a configuração da nacionalidade brasileira. A escola foi a instituição onde pareceu ser possível, naquele momento, atingir amplos segmentos da população no sentido de normalizar, homogeneizar, disciplinar, ordenar e higienizar hábitos e comportamentos.

Preocupações com o corpo saudável se fizeram presentes na instituição escolar. Sem “alardes encomiásticos” a ideia era tomar iniciativas

para assegurar a raça através de exercícios em torno de corpos robustos e mentes disciplinadas. Nessas atividades, onde se percebia ressonâncias do totalitarismo, o tema da educação física ganhou força.

Bley e seu secretário de Educação, Fernando Duarte Rabelo, tinham a prática de instruir os professores das escolas públicas com detalhes, quanto aos procedimentos a serem adotados junto aos alunos nos exercícios de ginástica. Detinha-se nos movimentos a serem executados, na postura, na vigilância durante as aulas, na entonação da voz. Intervenções sobre o corpo dos alunos nas escolas, tratavam minuciosamente de gestos e movimentos a serem executados, estendendo-se para a implementação de dispositivos regulamentadores do uso do tempo, sugerindo que a disciplina escolar equiparava-se àquela levada a termo em instituições como o quartel, a penitenciária ou o convento, traduzida em formas de vigilância na dimensão da governamentalidade como enfatiza Foucault.¹¹

A forma como a educação física era ministrada pode ser considerado um caso particular de controle do tempo dos indivíduos, fora do processo produtivo. Tais formas de controle assemelhavam-se às desenvolvidas na produção fabril e constituíram-se em práticas eficazes para preparar futuros trabalhadores, disciplinando a vida do conjunto da sociedade.¹²

Os exercícios de ginástica indicados para a implantação nas escolas do Espírito Santo, obedeciam cadência de quatro tempos, incluindo movimentos à direita, à esquerda, à frente e à retaguarda; todos sob rigorosa observação da ordem de “volver” do professor. Intercalavam posições de descanso e sentido, semelhante às instruções militares. Todos os gestos pautavam-se pela firmeza, pela rigorosa formatura e por uma marcha rigidamente ritmada, atendendo determinações superiores. Exercícios calistênicos foram recomendados de modo detalhado, incluindo torção ou inclinação da cabeça, abertura e flexão dos membros e curvatura do tronco. Os movimentos deveriam ser realizados compassadamente, sob um olhar vigilante do professor que atuava, incessante e estrategicamente sobre o corpo dos alunos.¹³

De fato, a uniformidade pretendida na educação física operacionalizou exercícios que gradativamente tomaram conta do cotidiano dos habitantes do Espírito Santo, cristalizando-se em hábitos e costumes de uma sociedade em modernização. Tais práticas foram ampliadas no período do Estado Novo, como instrumentos de controle eficaz empregados pelo

regime autoritário, com competência para atingir os mais amplos segmentos integrantes do corpo social.

Desse modo, a educação escolar primou pela obediência a ordens emitidas de maneira absoluta, não dando margem para nenhum tipo de discussão das decisões. Tais ordens, ou comandos, emanados de autoridade superior, eram para ser acatados indiscutivelmente, como se sempre tivessem existido, adquirindo caráter de naturalidade.¹⁴

Nesse sentido, a atmosfera de acatamento indiscutível da imposição de ordens tomou conta da sociedade capixaba no período Bley, fundamentalmente durante o Estado Novo, quando o êxtase autoritário impôs-se enquanto política de segurança nacional, ensaiando formas de militarização de comportamentos e do processo educativo.

Assim, criaram-se expectativas em relação à conduta social: esperava-se que indivíduos executassem ordens, submetidos a dispositivos de poder que sobre eles recaíram, não apenas no trabalho, mas na vida cotidiana em geral.

As instituições escolares capixabas, tal como a Igreja e a família, prestaram auxílio eficiente para a formação do hábito da labuta. Isto efetuou-se através da difusão entre os alunos, de uma concepção de tempo muito própria das sociedades modernas. A importância e a imposição de utilizá-lo de forma racional não somente atingiu a escola, como foi propagada a partir dela.

Acostumando-se a empregar utilitariamente o tempo e a observar a pontualidade nos horários, a criança e o jovem, desde cedo, eram preparados para aceitar a repetição, a monotonia e a fadiga do trabalho moderno e a obedecer aos modelos de ordem exigidos pela vida da caserna.

Desse modo, disseminando a ideologia do trabalho associada à educação cívico-política, a escola e as outras instituições, cooperavam com os poderes públicos no “sentido de premonir e manter a criança e o jovem ocupados contra a influência de doutrinas subversivas e inadaptáveis em nosso meio político-social”.¹⁵

A regularidade e a sistematização das atividades escolares, foram elementos integrantes das novas pedagogias empregadas na formação do aluno, com o objetivo de intervir nos modos de vida da população. A escola parecia ser a instituição mais capacitada para operar as transformações em curso, acompanhando o movimento social capaz de construir cidadãos laboriosos e aptos a converterem-se em homens ordeiros, idealizados

conforme a ótica da tradição/progresso e da construção da nacionalidade brasileira que tanto preocupava os artífices da política de segurança nacional.

A “nacionalização” das escolas

A construção da nacionalidade era o objetivo da ação política de segurança, em seu sentido mais amplo. No que se referia ao setor educacional é possível distinguir pelo menos três aspectos nesse esforço. Primeiro, era necessário dar uma orientação nacional à educação através dos conteúdos e outros instrumentos formativos no interior da escola e fora dela, destacando a noção de brasilidade e de religiosidade (catolicismo). Além do uso adequado da língua portuguesa de forma uniforme e estável em todo o território do país.

O segundo aspecto era, objetivamente, a padronização. A existência de uma universidade-padrão, de escolas-modelo primárias, secundárias e técnicas, de currículos mínimos obrigatórios para todos os cursos, de livros didáticos padronizados, de sistemas federais de controle e fiscalização, tudo isso correspondia a um ideal de homogeneidade e centralização de tipo autoritário, que permitiria ao poder político-educacional, saber o que cada aluno estava estudando em cada escola do país em um momento dado.

O terceiro e último, finalmente, era o da cooptação das minorias étnicas, lingüísticas e culturais que se haviam constituído no Brasil nas últimas décadas, cuja assimilação se transformou numa questão de segurança nacional.

Nessa estratégia competiu ao Ministério da Educação criar e executar um programa de desapropriação progressiva das escolas estrangeiras, nomeando diretores brasileiros. Essa foi, sem dúvida, uma sugestão cumprida à risca pelo interventor João Punaro Bley, no Espírito Santo:

Só os brasileiros natos ou naturalizados que hajam prestado serviço militar ao Brasil com os requisitos de idoneidade moral, intelectual, profissional ou técnica, a juízo do Departamento de Educação, poderão ministrar no território do estado o ensino pré-primário, o primário e o complementar ou dirigir estabelecimento particular de ensino.¹⁶

Cumpriu ainda ao Ministério da Educação a tarefa de atuar junto à Igreja, transformando-a em órgão que colaborasse com o governo e não com o grupo estrangeiro. Para isso era necessário auxiliar a organização de sociedades recreativas e culturais, procurando modificar as que existiam e modelando-as dentro de um “espírito de brasilidade”.¹⁷

Na verdade, existia um conflito entre Estado e Igreja face à questão da convivência com núcleos estrangeiros no país. O primeiro não abria mão do projeto de segurança nacional que implicava na uniformização cultural, mesmo que para isso tivesse que utilizar métodos coercitivos e violentos. A Igreja, por sua parte, firmada no seu internacionalismo religioso, não se opunha, ao contrário, até estimulava, a preservação da cultura estrangeira se por esse caminho as portas se abrissem à missão de multiplicar seus fiéis.

O Espírito Santo foi o segundo estado a investir no projeto de nacionalização do sistema escolar, apenas três meses após o Paraná ter começado o processo, no início de 1938, quando concretizaram-se medidas como a proibição do uso da língua estrangeira nos estabelecimentos escolares e a criação da Superintendência Geral das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino.¹⁸

O *Memorial* que o secretário de Educação e Saúde de Bley enviou, em 1939, à *Comissão Nacional de Ensino Primário*, um dos órgãos que coordenava nacionalmente o vigiar e punir da atividade educativa, significou um duro diagnóstico:

Da ação demolidora, arrogante e desabusada, passaram os agentes das ideologias estrangeiras e os pastores à obra de resistência passiva, de sabotagem ladina e sub-reptícia, mais perigosa, por isso que escapa quase sempre à vigilância das autoridades (...) um inquérito feito por intermédio das autoridades escolares veio evidenciar que a obra de infiltração alienígena através do campo propício da escola, estava realmente mais adiantada do que na verdade era de supor. Em várias escolas regidas por estrangeiros, especialmente alemães, lograram essas autoridades constatar essa obra verdadeiramente criminosa contra os sagrados interesses da pátria, apreendendo larga cópia de panfletos, avulsos, gravuras e alegorias sobre motivos estrangeiros, bem como livros didáticos e de religião, cadernos e mapas editados em língua estrangeira.¹⁹

Na verdade, a hipótese conspirativa e de crime lingüístico sugerida pelo secretário Duarte Rabelo era insuficiente para explicar o processo de nacionalização.

O crescimento da intervenção junto às escolas nas décadas de 1930/40, foi contemporâneo ao processo que afastou do campo de visão das modernas elites capixabas, a população intolerável como pobres, loucos e prostitutas. Assim, ao mesmo tempo em que foram isolados indivíduos em instituições como prisões, hospícios, hospitais e casas para menores, para adaptar corpos e comportamentos às novas condições que configuravam o espaço urbano, cresceram também preocupações com a escola.

No caso da criança (porque é nessa fase que se forja a dimensão patriótica), ela foi afastada do convívio da família e da vizinhança, delegando-se à instituição escolar a maior parcela de responsabilidade por sua aprendizagem. Esse afastamento não se constituiu em isolamento da família, mas, ao contrário, configurou-se numa estratégia visando integrá-la à novas formas de sociabilidade.²⁰ Intervindo junto às crianças, no sentido de disciplinar seus hábitos, a escola era capaz de intervir na família, e, através do reordenamento do seu cotidiano, atingir também a comunidade social mais ampla, inclusive e sobretudo a dos imigrantes estrangeiros.

Fernando Duarte Rabelo não acompanhou a aplicação de todos os recursos recebidos do Governo Federal oriundos do quadro exagerado pintado em preto e branco, do perigo do *Eixo*, no Espírito Santo, para consolidar a nacionalização das escolas. Pediu exoneração do cargo, privando Bley de um colaborador que contribuiu de forma exemplar dirigindo na direção segura o estado capixaba estimulado e consolidado no Estado Novo pelos Ministérios da Guerra e da Educação, merecendo aquela representação feita por Francisco Campos sobre o tempo e os homens: “[...] não é apenas a do trabalhador, mas também, e principalmente, a do soldado, a hora da ordem, da atenção e do silêncio, a hora da vigília, a hora em que a sentinela escuta, vigia e espera”.²¹

Com espírito apologético, o jornal *A Gazeta* comentou, no dia 14 de dezembro de 1939, a grande concorrência que teve a solenidade da despedida de Rabelo, promovida pela Interventoria: “Poucas vezes um homem político no Espírito Santo deixa seu cargo sob tamanha emoção”.²²

Referências

- ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983*. editora: Forense-universitaria, 1984.
- A GAZETA. “Dr. Fernando Rabelo: A solenidade de ontem”. In: A Gazeta. Vitória, 14 de dezembro de 1939, p. 8. BLEY, João Punaro. “Decreto-lei n.º 9.255”. In: *Diário Oficial*. Espírito Santo, 11 de abril de 1938.
- BENEVIDES, César Augusto Carneiro. *Terra sem passado: um estudo do Paraná contemporâneo*. São Paulo: FFLCH/USP, Dep. de História, Tese de Doutorado, 1991.
- CAMPOS, Cynthia M. “As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina”. In: Ana Brancher (org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.
- CAMPOS, L. da Silva Francisco. “Preâmbulo”. In: *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937*. Brasília: senado federal, 1999.
- CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Melhoramentos, 1983.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Belo Horizonte, Editora UFRJ / UFMG, 1997.
- ESPÍRITO SANTO. *Secretaria da Educação e Saúde – Atividades do Ensino e da Saúde Pública na administração do Interventor Federal capitão João Punaro Bley, sendo Secretário da Educação e Saúde o Dr. Fernando Duarte Rabelo*. Vitória: Imprensa Oficial, 1939, pp. 1-40.
- FITA 01. *Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN)*, depoimento a João Eurípedes Franklin Leal e Fernando Lima Sanchotene. Rio de Janeiro, jul./ago., 1980.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- NASSER, Marco. *Os políticos que ficam na História*. In: Revista Agora. Vitória, 1979.
- NETO, Amarílio Ferreira. “Projeto militar na educação física”. In: Neto, A. F. (org.). *Pesquisa histórica na Educação Física*. Vitória: UFES/CEFD, 1997.
- Rabelo, Fernando Duarte. “Aspectos do problema educacional no Espírito Santo”. In: Relatório da Secretaria de Educação e Saúde, 1939.
- RABELO, Fernando Duarte. *O problema da nacionalização do ensino no estado do Espírito Santo: Memorial apresentado à Comissão Nacional de Ensino Primário*. Vitória: Imprensa Oficial, 1939.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: 1984.
- SOUZA, M. do Carmo Campelo de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

VARGAS, Getúlio. “A Plataforma da Aliança Liberal”. In: *A Nova Política do Brasil: da Aliança Liberal às realizações do primeiro ano de governo (1930-1931)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. Vol. 1, 1938.

Notas

* Artigo submetido à avaliação em 03 de outubro de 2010 e aprovado para publicação em 30 de outubro de 2010.

¹ Citado por Dutra, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Op. cit., p. 149.

² Pandolfi, Dulce Chaves. “A trajetória do norte: Uma tentativa Ascenso político”. In: Castro Gomes, A. M. et alli. *Regionalismo e centralização: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 346.

³ Cf. Souza, M. do Carmo Campelo de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, pp. 87-88.

⁴ Cf. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983*. Op. cit., pp. 399-400.

⁵ A influência da oligarquia de Jerônimo Monteiro se estendeu direta e indireta sobre o governo e o Estado de 1908 até a década de 70. Nesse período, depois do próprio Jerônimo, um irmão e um cunhado foram governadores, um terceiro irmão era bispo, sem contar outro, que foi diretor fiscal do Banco Francês, além de um sobrinho, governador duas vezes, após o fim do período Vargas. Ver Nasser, Marco. “Os políticos que ficam na História”. In: *Revista Agora*. Vitória, 1979, pp. 52-59.

⁶ *Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN)*, depoimento a João Eurípedes Franklin Leal e Fernando Lima Sanchotene. Rio de Janeiro, jul./ago., 1980 fita (01).

⁷ *Jornal A Gazeta*, Vitória, 29/3/1931, p. 3.

⁸ Para um levantamento da situação econômico-financeiro do estado, ver: Espírito Santo (estado). Interventor, 1930-1935 (João Punaro Bley). *Discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido à S. Ex.^a Dr. Getúlio Vargas*. Em 23/8/1933. Vitória: Imprensa Oficial, 1933

⁹ Espírito Santo. *Secretaria da Educação e Saúde – Atividades do Ensino e da Saúde Pública na administração do Interventor Federal capitão João Punaro Bley, sendo Secretário da Educação e Saúde o Dr. Fernando Duarte Rabelo*. Vitória: Imprensa Oficial, 1939, pp. 1-40.

¹⁰ Vargas, Getúlio. “A Plataforma da Aliança Liberal”. In: *A Nova Política do Brasil: da Aliança Liberal às realizações do primeiro ano de governo (1930-1931)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. Vol. 1, 1938, p. 25.

¹¹ Segundo Foucault, a governamentalidade é uma forma de exercício de poder do Estado contemporâneo, preparado para gerir a população, mas geri-la em profundidade, minuciosamente, no detalhe. Ver Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 291. No que se refere as orientações e procedimentos ligados à educação física no período Bley, cf. “Espírito Santo (estado). Interventoria (João Punaro Bley). Decreto n.º 1.450, de 11 de julho de 1931”, que estabelece as instruções para o curso de Educação Física no estado do Espírito Santo. Vitória: Imprensa Oficial, 1931, pp. 3-61.

¹² “Das atribuições dos instrutores, professores e monitores”. Decreto n.º 1.450. In: op. cit., pp. 17-22.

-
- ¹³ Neto, Amarílio Ferreira. “Projeto militar na educação física”. In: Neto, A. F. (org.). *Pesquisa histórica na Educação Física*. Vitória: UFES/CEFD, 1997, p. 114.
- ¹⁴ Canetti, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Melhoramentos, 1983, pp. 337-338.
- ¹⁵ Rabelo, Fernando Duarte. “Aspectos do problema educacional no Espírito Santo”. In: *Relatório da Secretaria de Educação e Saúde*. op. cit., p. 17.
- ¹⁶ Bley, João Punaro. “Decreto-lei n.º 9.255”. In: *Diário Oficial*. Espírito Santo, 11 de abril de 1938, p. 1.
- ¹⁷ Schwartzman, Simon et alli. *Tempos de Capanema*. Op. cit., p. 144.
- ¹⁸ Benevides, César Augusto Carneiro. *Terra sem passado: um estudo do Paraná contemporâneo*. São Paulo: FFLCH/USP, Dep. de História, Tese de Doutorado, 1991 (mimeo), pp. 44-45.
- ¹⁹ Rabelo, Fernando Duarte. *O problema da nacionalização do ensino no estado do Espírito Santo: Memorial apresentado à Comissão Nacional de Ensino Primário*. Vitória: Imprensa Oficial, 1939, pp. 5-10.
- ²⁰ Campos, Cynthia M. “As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina”. In: Ana Brancher (org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 154.
- ²¹ Francisco Campos, L. da Silva. “Preâmbulo”. In: *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937*. Op. cit., p. 3.
- ²² “Dr. Fernando Rabelo: A solenidade de ontem”. In: *A Gazeta*. Vitória, 14 de dezembro de 1939, p. 8.